

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil

Class.: 29

Data: 24/04/76

Pg.: _____

Funai constata que missão religiosa trata os Carajás com discriminação racial

^{30.24.4.76}
Brasília — Os índios carajás do Posto de Fontoura, na ilha do Bananal, sofrem discriminação racial por parte da missão religiosa Adventistas do 7º Dia. A missão tem duas igrejas — uma para os índios, outra só para brancos — proíbe que os índios comam carne de porco, de peixe de couro e de tartaruga e adquire seus objetos de artesanato através de permuta.

O relatório sobre irregularidades em cinco postos indígenas da ilha do Bananal, com denúncias de maus tratos impostos aos índios por invasores de terra, de discriminação racial por parte da missão religiosa e com a confirmação do estado de degradação daquelas comunidades, será entregue no começo de maio ao Ministro do Interior, Rangel Reis.

PROBLEMAS

O relatório está sendo feito pelo Departamento Geral de Planejamento Comunitário da Funai e suas conclusões devem levar, segundo fontes do Ministério do Interior, a uma reformulação no quadro funcional dos dirigentes da Fundação. O levantamento sócioeconômico das comunidades da Ilha do Bananal foi feito a pedido do próprio Ministro Rangel Reis, que ficou estarecido com o que viu no Posto Indígena Santa Isabel do Morro, o qual ele visitou durante os feriados de carnaval.

O levantamento assinalou que os problemas principais dos postos indígenas de Macaúba, Fontoura, Santa Isabel do Morro, Canoanã e Tapirapé são relativos à demarcação de terras, falta de assistência educacional, financeira e de saúde. E verificou a existência de uma política de discriminação racial por parte da missão religiosa Adventista do 7º Dia, que há 40 anos atua no Posto de Fontoura, junto a 311 carajás. Os cinco postos possuem cerca de 2 mil carajás.

Revela o relatório que a missão religiosa não permite o acesso dos índios à sua igreja. Há uma igreja para índios, outra só para brancos e desestimula a prática do ritual indígena Aruanã, o qual, segundo os antropólogos, é a base da estrutura social e política daqueles silvícolas.

A missão religiosa proíbe que os índios se alimentem de carne de porco, de peixe de couro e de tartaruga, que constituem os pratos básicos da dieta alimentar do carajá. E isto leva os índios a um alto grau de subnutrição. O relatório revela a existência de vários casos de anemia em consequência da proibição alimentar. Os religiosos são acusados também de adquirir objetos de artesanato fabricados pelos índios através de permuta, sob a argumentação de que "se o índio receber em dinheiro, vai gastar tudo em cachaça".

ECONOMIA E EDUCAÇÃO

A agricultura e a pecuária dos Carajas também são examinadas no relatório, que conclui pela necessidade de orientação e ajuda financeira por parte da Funai. De acordo com as pesquisas, a terra é boa para o cultivo do milho, arroz, banana, cana-de-açúcar e mandioca. Mas, falta incentivo.

No campo educacional, falta material escolar e didático. As aulas são ministradas em barracões feitos de taipa e cobertos de palha. É preciso construir escolas. A merenda, fornecida através de convênio da Funai com a Campanha Nacional de Alimentação Escolar, foi suspensa.

Nos postos de Tapirapé e Macaúba os índios vêm-se queixando "do problema de demarcação de terras". O relatório registra que há um número elevado de invasores desenvolvendo vasta criação de gado, dentro dos limites das terras destinadas aos índios. O problema do posto de Macaúba requer uma ação junto ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), pois a aldeia está encravada na reserva florestal do Instituto, impossibilitando a comunidade indígena de se dedicar a atividades agrícolas, bem como à caça e à pesca.